

Regime de
governo

Ofensiva presidencialista

- 3 SET 1987

O presidente Sarney, segundo revelam políticos que ontem o acompanharam em sua viagem a Piquete, no Estado de São Paulo, está disposto a empenhar-se com todas as suas energias políticas para fazer triunfar na Constituinte o presidencialismo como regime de governo, na sua forma clássica. Isso vai naturalmente produzir reações, não se sabendo, porém, em que medida. O Governo como um todo deverá ser mobilizado nesse sentido e o próprio presidente Sarney está chamando ao Planalto o maior número possível de deputados e senadores, especialmente os que demonstram simpatia pelo parlamentarismo, a fim de demovê-los de suas inclinações. A todos esses parlamentares com os quais vem conversando, Sarney explica as razões pelas quais deve o País optar pelo presidencialismo. Embora o noticiário de imprensa ainda retrate um quadro contraditório dentro do Governo, a decisão do Presidente Sarney é pelo presidencialismo, com a ampliação dos poderes do Congresso.

O parlamento voltaria a deter todos aqueles poderes e prerrogativas que perdeu após 64, sendo acrescidas a ele novas atribuições, inclusive no capítulo da fiscalização financeira do Executivo por parte do Legislativo. Também as comissões parlamentares de inquérito seriam dotadas de poderes ainda mais amplos do que detinham antes de 64.

Sarney terá de envolver-se praticamente numa luta corpo a corpo pela implantação do presidencialismo na Constituinte. Como a campanha pelas eleições diretas em 88 perdeu muito da vitalidade inicial prevista por seus organizadores, os adversários de

Sarney mobilizam-se em outra frente comum, que é a da rápida aprovação do parlamentarismo pela Constituinte. Não há dúvida de que no Congresso e em todos os partidos há parlamentaristas históricos e convictos, mas entre eles também vicejam os que estão usando o biombo do parlamentarismo para se livrar o mais rápido possível de Sarney e do seu Governo. Neste caso encontra-se uma boa parcela do PMDB, a qual entende que Sarney jamais representou o partido e seus compromissos políticos.

Reforma ministerial

No Congresso, em vários círculos políticos, volta a se falar na possibilidade de uma reforma ministerial logo depois de concluída a Constituinte. Alegam-se em círculos identificados politicamente com o Planalto que o Governo possui uma equipe ministerial que com ele não é solidária frequentemente. Aponta-se como exemplo o caso dos ministros ligados mais de perto a Ulysses Guimarães, os quais não se alinham automaticamente com as posições do Planalto. A queixa dominante é a de que esses ministros são sempre mais solidários com Ulysses do que com Sarney.

Quêrcia e o regime de governo

O governador paulista Orestes Quêrcia disse ao deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, a quem recebeu anteontem em São Paulo, ser em princípio presidencialista e favorável a que o mandato do presidente Sarney seja de seis anos. No entanto, o governador paulista não fechou a Luiz Henrique a possibilidade de dar seu apoio ao parlamentarismo, desde que seja encontrada uma fórmula que obtenha o mais amplo

respaldo político, inclusive por parte do Presidente da República.

Deputados do PMDB como seu líder, Luiz Henrique, Cid Carvalho e Israel Pinheiro Filho continuam esperançosos de que possa chegar a um acordo em torno do parlamentarismo, que agrade tanto o presidente Sarney como a maioria das forças políticas da Constituinte. A solução considerada como mais viável prevê a implantação gradual do parlamentarismo, com o primeiro-ministro no primeiro ano do novo regime ainda submetido à autoridade do Presidente da República. Mas a partir do segundo ano de existência do regime o primeiro-ministro passaria a adquirir plena autonomia como chefe de Governo.

O deputado mineiro Milton Reis, secretário-geral do PMDB, ao ser recebido hoje pelo presidente Sarney, vai lhe propor uma fórmula alternativa de parlamentarismo. O presidente Sarney governaria até o final de 88 em regime presidencialista, sendo o parlamentarismo adotado nos dois anos seguintes do seu mandato de seis anos.

Mobilização

Todas as forças políticas conservadoras nacionais, aí incluídos políticos, empresários e militares, estão mobilizando todo o seu poder de fogo em favor do presidencialismo na Constituinte.

Irritação

O senador paulista Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, era ontem um dos políticos mais irritados com a entrevista que o deputado Bernardo Cabral concedeu a um jornal, na qual falou em pressões e ameaças militares à Constituinte.